

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO PERÍODO DE 2003-2006: DA VULNERABILIDADE SOCIAL AO PROTAGONISMO JUVENIL.¹

Jonas Emanuel Pinto Magalhães¹

Resumo

No Brasil, nota-se, a partir do governo Lula da Silva, uma mudança na orientação das políticas para a juventude que focaliza a juventude em situação de vulnerabilidade social e apoia-se em ações voltadas para qualificação profissional, elevação da escolaridade e inserção no mercado de trabalho. Este artigo analisa o alcance das políticas de juventude nesse período e a influência dos organismos internacionais, especialmente a UNESCO, na configuração da Política Nacional de Juventude. Conclui-se que os discursos produzidos pelas agências internacionais ao colocarem o jovem na condição de protagonista acabam também por responsabilizar a juventude pela sua inserção no mercado de trabalho, o que dependeria da ampliação do capital social individual como um fator fundamental para a empregabilidade.

Palavras-chave: juventude, vulnerabilidade social, protagonismo juvenil, políticas públicas, capital social.

PUBLIC POLICIES FOR THE YOUTH IN THE PERIOD OF 2003-2006: FROM SOCIAL VULNERABILITY TO YOUTH PROTAGONISM.

Abstract:

In Brazil, from the Lula da Silva government, a change in the orientation of youth policies that focuses on youth in situations of social vulnerability and based on actions aimed at professional qualification, higher education and insertion in the job market. This article analyzes the scope of youth policies in this period and the influence of international organizations, especially UNESCO, in shaping the National Youth Policy. It is concluded that the discourses produced by the international agencies in placing the young person in the position of protagonist also end up making the youth responsible for their insertion in the labor market, which would depend on the expansion of

¹ Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humanas-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil. E-mail: jonasemanuel@ig.com.br

individual social capital as a fundamental factor for employability.

Keywords: youth, social vulnerability, youth protagonism, public policies, social capital.

Introdução

O termo juventude por si só se apresenta como controverso e ambíguo. Diferentes enfoques podem ser adotados para caracterizar o período tradicionalmente identificado como a transição da adolescência para a vida adulta. Este entendimento encerra o reconhecimento existencial da juventude enquanto etapa distinta dentro de um ciclo de vida. Entretanto, enquanto categoria sociológica só pode ser apreendida no movimento dinâmico da história, na qual diferentes representações vão sendo construídas segundo determinações de classe, de seus interesses e de suas visões de mundo. Nesse sentido, recortes cronológicos, de gênero, raça, região e cultura, conquanto preservem seu valor explicativo devem ser incorporadas de modo subordinado àquelas determinações, que, para além de uma apreensão essencialista, permitem a compreensão do fenômeno em suas múltiplas determinações.

Na perspectiva por nós adotada, o materialismo histórico-dialético, o termo juventude expressa, em sua complexidade, uma problemática que não pode ser reduzida a ritos de passagem, formas de se vivenciar a cultura ou as experiências de natureza subjetiva. Por outro lado, reconhecemos, como Sposito (2000), que qualquer investigação exige como pressuposto a eleição de uma definição, ainda que provisória, do objeto de estudo de modo a orientar os critérios de seleção e as perspectivas de análise.

Para efeito estatístico, tanto a UNESCO quanto a Organização Internacional do Trabalho (OIT) têm adotado como parâmetro definidor de juventude, o período compreendido entre 18 e 24 anos, enquanto a Organização Ibero-americana da Juventude o estende até os 29 anos. A ausência de um demarcador único para juventude dá prova da

complexidade da tarefa implicada na delimitação de períodos geracionais e que dificultam uma definição única e consensual de juventude.

Uma das formas de resolução desse impasse, para tornar exequível o empreendimento investigativo reside em reconhecer que a própria definição da categoria juventude encerra um problema sociológico passível de investigação, na medida em que os critérios que a constituem enquanto sujeitos são históricos e culturais. A juventude é uma condição social e ao mesmo tempo um tipo de representação. (SPOSITO, 2000, p.7)

Não sendo o objetivo principal de nosso trabalho proceder a um estudo investigativo da categoria juventude, adotaremos a perspectiva enunciada procurando apreender da realidade elementos que nos ajudem a compreender como os mesmos se movem no plano das relações sociais que caracterizam o atual estágio do modo de produção capitalista, mormente, no que se refere à forma dependente e subordinada que este adquire no Brasil, as representações sobre a juventude, quais são suas implicações para os jovens da classe trabalhadora e como se configura nesse contexto sua condição social e as políticas públicas dirigidas aos jovens.

As muitas “juventudes”

De acordo com Sposito (2003), a diversidade de situações existenciais que afetam os jovens tem justificado a ideia de se tomar “juventude” em seu sentido plural – juventudes. Não obstante, podemos compreender esta categoria a partir da tensão dialética que envolve seus recortes socioculturais e de classe, que se manifestam num momento do ciclo de vida que não se define por critérios cronológicos ou por trajetórias lineares. Conforme explica a autora com base em Atias-Donfut (1996):

a entrada na vida adulta se faz cada vez mais de modo progressivo segundo etapas variáveis e “desreguladas” ou “desnormalizadas”.

Estaríamos, assim, diante da “desinstitucionalização” do ciclo de vida ternário, centrado sobre o trabalho e da “descronologização” do percurso das idades que participa, assim, na reconstrução dos grupos sociais, com a entrada no mercado de trabalho dos velhos jovens e a saída dos jovens velhos (SPOSITO, 2003, p.12).

Se no plano concreto, a tarefa de captar um sentido único que expresse a condição dos jovens na contemporaneidade se revela complexa e desafiadora, no plano das representações parece haver uma polarização que opõe duas visões distintas, mas que não são excludentes. Numa perspectiva “pessimista”, os jovens são vistos como um grupo problemático, irresponsável e sob constante risco social. Nessa acepção, a condição juvenil seria por si só uma condição problemática e os jovens seriam um grupo mais vulnerável e propenso a apresentar comportamentos de risco e desvios de conduta, tais como: dependência química, delinquência, envolvimento com o crime, gravidez precoce que, portanto, demandariam ações do Estado de caráter preventivo, voltadas para a proteção e o enfrentamento dos “problemas de juventude”.

Emergem daí políticas preventivas de controle do tempo livre como programas esportivos e culturais com foco nos grupos mais vulneráveis. A visão “pessimista” da juventude predominou até o início dos anos 1980, quando mudanças na demografia mundial, revelaram um exponencial crescimento da população jovem. Batizado de “onda jovem”, esse fenômeno, que teria supostamente um efeito potencializador no desenvolvimento econômico, trouxe para o campo das representações da juventude uma visão mais “otimista” relacionada ao novo papel estratégico delegado aos jovens: o de ator político e protagonista do desenvolvimento econômico-social. Tal entendimento é assim expresso pela Unesco:

O protagonismo juvenil é parte de um método de educação para a cidadania que prima pelo desenvolvimento de atividades em que o jovem ocupa uma posição de centralidade, e sua opinião e participação são valorizadas em todos os momentos (...) A ênfase no jovem como sujeitos das atividades contribui para dar-lhes sentidos positivos e

projetos de vida, ao mesmo tempo que condizem à reconstrução de valores éticos, como os de solidariedade e responsabilidade social (UNESCO, 2002, p.62).

Tendo como marco o Ano Internacional da Juventude, estabelecido pela a ONU em 1985, essa visão “otimista” passa a ser fortemente difundida por importantes organismos supranacionais a partir do início da década de 1990 impulsionando mudanças nas políticas de juventude dos países da América Latina. Naquele contexto, o Brasil foi um dos poucos países a se esquivarem dessa tendência, como demonstra um estudo do IPEA:

Distintamente destes países, no caso brasileiro, as ações desencadeadas pelas agências da ONU tiveram pouca repercussão na formulação de programas ou organismos específicos de políticas para este grupo populacional. Naquele momento, pouca relevância se dava ao tema juventude, estando o foco das preocupações e mobilizações centrado na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes (IPEA, 2009, p.48).

De fato, na década de 90, o governo brasileiro acabou priorizando os gastos no ensino fundamental, com forte apelo ao programa “Toda criança na escola”. Entretanto, cabe registrar a implementação do PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional), que tinha como objetivo declarado a modernização e expansão do sistema de Educação Profissional por meio do desenvolvimento de ações integradas de educação com o trabalho, a ciência e a tecnologia. Com grande aporte de recursos, o PROEP contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que respondia por 50% do volume de recursos destinados ao Programa.

Ainda como estratégia para atenuar as tensões decorrentes do quadro de estagnação econômica e elevado nível de desemprego, o Governo de Fernando Henrique Cardoso criou o PLANFOR (Plano Nacional de Formação do Trabalhador). Porém, além de não focalizar especificamente o segmento juvenil, esta estratégia também promoveu, de acordo com Barbosa e Deluiz (2008), o esvaziamento da educação de jovens e adultos como política de Estado.

Conforme explica Kuenzer (2006), esses dois programas tiveram como suporte jurídico o decreto 2208/97 que, atendendo a um acordo entre o MEC e o Banco Mundial, estabeleceu a separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, que passaram a constituir percursos distintos e não equivalentes.

Com a mudança de governo, e a revogação do Decreto nº 2208/97, as políticas de qualificação, emprego e renda passam a ter maior foco no público jovem e são desenvolvidas por meio de programas que articulam elevação da escolaridade, formação profissional e participação cidadã. Esse modelo consolidará uma política de juventude marcada por programas emergenciais desarticulados, de formação aligeirada e com forte participação do setor privado e do terceiro setor. Um novo marco se estabelece com a mudança de perspectiva de uma política de enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (1985-2000) para a inserção laboral de jovens excluídos (a partir de 2000), conforme classificação elaborada por Sposito (2003).

Contudo, para esta mesma autora e para Carrano (2003), há uma variedade de orientações, das muitas vezes num mesmo espaço institucional, quando se trata da definição sobre ações que envolvem a juventude. Vive-se a simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude, o que faz a convivência, muitas vezes dentro de um mesmo aparelho de Estado, de orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos. Em que pese o maior ou o menor predomínio de determinada tendência ao longo da história, algumas formulações em torno dos segmentos juvenis e da juventude têm sido mais fortemente reiteradas nos últimos anos.

A esse respeito estamos inclinados a aceitar a hipótese de que, a despeito das diferentes orientações que permeiam o debate e da maior ênfase dada ao tema da participação juvenil nos últimos anos, as políticas para a Juventude do governo Lula da Silva, amparadas ideologicamente pelas noções de protagonismo juvenil, empregabilidade e participação cidadã, se configuraram como um novo mecanismo de controle do “risco

social” e de conformação da juventude ao modelo de desenvolvimento econômico subordinado aos grandes centros hegemônicos do capitalismo mundial, que esgotando sua *dimensão civilizatória*, coloca como condição de sua sobrevivência o gerenciamento da pobreza. Por outro lado, a consolidação de um marco político e institucional nas políticas de governo se constitui como um espaço de disputa pela ampliação dos direitos dos jovens ao trabalho, à educação e a participação política.

O caminho percorrido até a consolidação desse modelo foi marcado por conflitos e contradições, protagonizados pelo embate das forças políticas que representam os três projetos de desenvolvimento² que, segundo Frigotto (2005)³, compuseram o arco de alianças de matriz ideológica eclética que elegeram o Presidente Lula da Silva. As políticas de juventude, como não poderia ser diferente, se moveram no plano de disputas desses grupos.

Política e ideologia: a juventude em disputa

O desenho das políticas voltadas para a juventude foi sendo redefinido e reconstruído ao longo dos oito anos do governo Lula da Silva, a partir da supressão e da incorporação de programas dispersos em vários ministérios e com focos diferenciados, a uma linha bem definida de ação cuja expressão máxima pode ser encontrada no Programa

² Citando Fiori (2002), Frigotto apresenta sinteticamente essa matriz composta por: 1) o projeto assentado nas teses do liberalismo econômico e centrado no ajuste fiscal, o projeto do nacionalismo conservador e de cunho populista típico da era Vargas e o projeto de *desenvolvimento econômico nacional e popular*.

³ Citando Fiori (2002), Frigotto apresenta sinteticamente essa matriz composta por: 1) o projeto assentado nas teses do liberalismo econômico e centrado no ajuste fiscal, o projeto do nacionalismo conservador e de cunho populista típico da era Vargas e o projeto de *desenvolvimento econômico nacional e popular*.

Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) em sua mais atualizada e diversificada versão.

Ainda que se verifique a superposição de alguns programas e uma falta de organicidade entre os mecanismos de gestão e implementação, é possível afirmar que a Política Nacional de Juventude, instituída oficialmente em 2005, teve como linha mestra ações que visavam os jovens em situação de risco e nas quais a formação para o trabalho simples, o aumento da escolaridade básica e o estímulo à participação cidadã, entendida como ação comunitária e voluntarismo, constituíram o tripé fundamental. As ações e programas instituídos trazem implícita e explicitamente uma concepção de juventude carregada de conceitos forjados a partir de documentos e orientações de organismos supranacionais.

Atuando como porta-vozes dos centros hegemônicos do capital, a ONU, a UNESCO e a CEPAL procuraram disseminar em países periféricos e de capitalismo dependente uma visão idealizada e ideologizada do jovem enquanto ator estratégico do desenvolvimento, a quem caberia o papel de protagonista numa sociedade marcada pela inovação e pelas constantes e aceleradas mudanças tecnológicas.

Como forte interlocutor, a UNESCO tem significativa influência na concepção de juventude que perfaz o desenho das políticas públicas de países da América Latina, cujo discurso busca justificar o protagonismo dos jovens como sujeitos de direitos e atores estratégicos do desenvolvimento:

por que os jovens? Porque, além do direito ao desenvolvimento de um capital cultural e social, eles e elas podem ser e estar mais preparados do que muitos adultos para lidar com as novas tecnologias, porque não estão ligados a compromissos e interesses sobre a reprodução do status quo, e porque muitos estão dispostos a trabalhar pela transformação das “regras do jogo” que não os contemplam adequadamente e que, portanto, não os apoiam. Definitivamente, porque muitos deles são portadores de uma perspectiva diferente, e têm um compromisso com a justiça, a paz, a democracia e a liberdade. (UNESCO, 2004, p. 133).

Esse discurso, propalado em forma de apelo social, teve forte penetração nos países da América Latina nos anos 1990 e tem tido influência significativa na história recente da política para juventude no Brasil.

Assim é que muitas das orientações contidas no relatório da Unesco “Políticas Públicas de/para/com Juventudes”(2004) foram adotadas no momento em que se estabeleceu um marco referencial para Política Nacional de Juventude.

Esse processo que foi antecedido pela criação, no ano de 2004, do Grupo de Trabalho Interministerial de Políticas para a Juventude e pela Comissão Especial sobre Políticas para Juventude da Câmara dos Deputados contou também com assessoramento técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com a participação ativa do Instituto Cidadania (ONG que se dedica à geração de propostas de políticas públicas) que elaborou o documento intitulado Projeto Juventude, publicado em 2004, e com a colaboração da UNESCO, que inclusive acompanhou viagens de estudo a países europeus de integrantes da citada Comissão.

As recomendações contidas nos documentos elaborados pela UNESCO e pelo Instituto Cidadania serviram de base para a criação, em 2005, da Política Nacional da Juventude, que também teve como importantes marcos a criação da Secretaria da Juventude e da CONJUVE (Conselho Nacional da Juventude). Porém, foi a partir do redirecionamento do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) e da criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) que se consolidaram as ações mais afinadas com as orientações prescritas, mormente pela UNESCO.

No caso do PNPE, o que se verificou foi o deslocamento das ações antes voltadas prioritariamente para subvenção às empresas (no sentido de fomentar a contratação de jovens sem experiência) para ações de qualificação profissional e participação cidadã de grupos em situação de vulnerabilidade social. Esse redirecionamento se deu por meio da transferência de recursos para ONGs, através de conglomerados chamados de Consórcios da Juventude, que ficaram responsáveis pela qualificação social e profissional e pela

inserção de uma porcentagem dos egressos dos cursos no mercado de trabalho ou em formas alternativas de geração de emprego e renda. O pressuposto, endossado nos documentos da UNESCO e do Instituto Cidadania, é de que as organizações da sociedade civil possuem experiência acumulada na atuação com jovens quilombolas, indígenas, portadores de necessidades especiais, marginalizados, ou em conflito com a lei, estando, portanto, em condições de alcançar esses jovens que por sua condição socioeconômica têm dificuldade de acessar o Sistema Nacional de Emprego (Sine).⁴

No caso do PROJOVEM, o programa aparece claramente referenciado no documento da UNESCO que recomenda ações que conjuguem concessão de bolsas, elevação da escolaridade, qualificação profissional e participação cidadã e que devem ser dirigidas aos jovens em condição de risco social. Há inclusive um capítulo dedicado às “experiências bem sucedidas na América Latina” em que programas, nos mesmos moldes como o CHILE JOVEM e PROJOVEM (implementados no Uruguai e no Peru) são ressaltados como modelos de políticas de inserção social.

Há de se ressaltar que mesmo antes do PROJOVEM já havia previsão de aplicação de recursos em ações voltadas para qualificação profissional, projetos juvenis e concessão de bolsas, mas estas estavam colocadas no contexto da Educação Básica, particularmente o Ensino Médio. Assim, no Plano Plurianual 2004-2007 verifica-se a previsão de recursos da ordem de R\$ 1.547 bilhões para o programa Escola Básica Ideal (UNESCO, 2004). É interessante notar que este valor é aproximadamente cinco vezes maior do que os R\$ 300 milhões garantidos pelo orçamento geral da União em 2005 para a execução do

⁴ O Sistema Nacional de Emprego (SINE) foi criado em 1975 sob a égide da Convenção nº. 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e é atualmente coordenado pelo Ministério do Trabalho. Presta atendimento ao público em todo território nacional e tem por finalidade facilitar a transição dos trabalhadores entre os diferentes postos de trabalho e contribuir para sua reinserção no mercado de trabalho. Suas ações abrangem a intermediação de mão de obra, qualificação, certificação e orientação profissional, além de suporte e fomento à atividades de autônomos e empreendedoras, emissão de carteira de trabalho e facilitação do acesso ao seguro-desemprego.

PROJOVEM. Infelizmente, faltam dados que nos ajudem a confirmar se os recursos previstos para o “Escola Básica Ideal” tiveram como destinatários os jovens do ensino médio (o programa previa concessão de bolsas de R\$ 100,00) ou se o governo optou posteriormente pelo PROJOVEM como forma de focalizar um grupo mais específico.

O fato é que de, uma forma ou de outra, não só os programas PROJOVEM e PNPE se conformaram bem às orientações contidas nos documentos citados, como estão alicerçados em construtos ideológicos reiterados pelos organismos supranacionais com especial destaque para as noções de capital social, competências, protagonismo juvenil, ação comunitária, responsabilidade social e participação cidadã.

Trataremos de algumas dessas categorias tais como aparecem no relatório da Unesco “Políticas Públicas de/para/com as Juventudes” procurando também identificar como elas se materializam nas políticas, ações e programas criados a partir do marco referencial da Política Nacional de Juventude.

Políticas Públicas de/para/com as Juventudes. Mas que Juventudes?

O documento de duzentos e noventa e cinco páginas da UNESCO sinaliza para a emergência dos jovens enquanto atores estratégicos do desenvolvimento e da denominada sociedade do conhecimento. Recomenda que a promoção do chamado protagonismo juvenil seja visto não como gasto, mas como investimento em capital humano.

O investimento em recursos humanos é um elemento central do processo de crescimento econômico sustentável e para o bem-estar social, tanto pelos rendimentos crescentes sobre os níveis de produtividade como pelas externalidades associadas à melhoria de seus atributos. De um lado, os dois fatores-chave para a adequada formação de recursos humanos são a educação e a saúde. (UNESCO, 2004, p.145).

O chamado protagonismo juvenil relaciona-se diretamente com a noção de capital humano e se configura enquanto noção orientadora das políticas para a juventude juntamente com a noção de jovem enquanto sujeito de direitos (numa perspectiva restrita, como veremos adiante) e a com a dimensão da vulnerabilidade social da juventude.

A forma como o protagonismo deve ser fomentado passa, segundo o relatório, pela ampliação das competências e habilidades pessoais, pela ação comunitária e participação cidadã e ainda pela ampliação do capital social.

As habilidades pessoais são aquelas consideradas essenciais e se definem a partir dos quatro pilares da educação elencados pelo relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (DELORS, 1999): saber conhecer, saber fazer, saber ser e saber conviver. Descritas como habilidades para a vida, expressam mais o perfil de conformação e adequação psicofísica exigido pela nova sociabilidade do capital, definindo-se como:

1) habilidades sociais e interpessoais, incluindo comunicação, habilidades de recusa, agressividade e empatia; 2) habilidades cognitivas, incluindo tomada de decisões, pensamento crítico e autocrítica; 3) habilidades para controlar emoções, incluindo o stress e o aumento interno de um centro de controle. (UNESCO, 2004, p.145).

Em nossas pesquisas temos verificado que essas habilidades têm sido enfocadas direta ou indiretamente nos cursos do PROJOVEM e nos cursos de qualificação social promovidos pelos Consórcios da Juventude. Nestes últimos, por terem como sujeitos grupos mais vulneráveis, constata-se uma ênfase maior em aspectos comportamentais (como se vestir e se portar numa entrevista, ser mais tolerante, compreensivo, etc..) que, embora não sejam suficientes para promover uma maior inserção laboral, parecem contribuir para uma maior sociabilidade e vínculo dos jovens com a suas comunidades. A

ampliação do capital social carrega uma perspectiva de minimização dos conflitos de classe e de conformação ao contexto social-econômico excludente. Tendo como pano de fundo a desigualdade, essa linha de ação procura também promover o resgate da autoestima e frear o aumento da violência urbana.

Nesse caso, uma das alternativas mais eficazes encontradas pelo Estado para conter a violência seria retirar os jovens da situação de vulnerabilidade social. Tal condição é caracterizada pela situação de exclusão dos jovens da escola e do mundo do trabalho. Segundo dados do PNAD, em 2005, 22% dos jovens de 18 a 24 anos não trabalhavam, nem estudavam, estando incluídos, portanto, no grupo de maior risco social.

Este tem sido o público prioritariamente privilegiado em programas como o PROJOVEM, o PNPE e o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos). É interessante notar que o PROUNI, embora não seja declaradamente um programa dirigido exclusivamente ao público jovem (assim como o PROEJA), tem atingido majoritariamente os jovens egressos do Ensino Médio, tomando inclusive as notas do ENEM como critério de elegibilidade. Apesar disso, não encontramos referências a este programa na bibliografia consultada sobre as políticas públicas para a Juventude no governo Lula. Interpretamos essa ausência como mais uma demonstração de que as “políticas para a juventude” têm sido entendidas como “políticas para jovens em situação de risco social”, tendo como foco mais específico jovens negros das periferias das grandes metrópoles, que estejam fora do mercado de trabalho e da escola. O “esforço” da Política Nacional de Juventude tem sido o de retirar os jovens da situação de risco oferecendo alguma alternativa ao tráfico, à delinquência e ao abandono social.

Contudo, permanece o paradoxo: como reduzir a vulnerabilidade social dos jovens em situação de risco se ela tem como principal determinação a exclusão do sistema formal de emprego? O quadro delineado pelo desemprego juvenil não inspira nenhum otimismo nem mesmo por parte da UNESCO:

O desemprego juvenil, que sempre foi alto, vem crescendo nos últimos anos, passando, na faixa etária de 15 a 17 anos, de 29,8% em 2001 para 34,5% em 2002 e a 37,9% em 2003, enquanto na faixa de 18 a 24 anos, as cifras passaram de 19,6%, a 21,4% e a 23,5%, respectivamente (OIT, 2003). Seria difícil intervir, a partir das políticas públicas, de modo a alterar esse quadro, embora as iniciativas em andamento (Primeiro Emprego, Empreendedorismo etc.) certamente alcançarão melhoras, pelo menos em termos da empregabilidade dos jovens, aumentando suas condições de competir no mercado pelas vagas disponíveis (Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego 2003b apud UNESCO, 2004, p.206).

A solução sugerida para uma sociedade em que o direito ao emprego ainda não está garantido limita-se então, por um lado, a promessa de empregabilidade⁵ mesmo que às custas de uma formação aligeirada e de uma duvidosa qualificação profissional, e por outro, na tentativa de conformar os jovens à sociabilidade exigida pelo capital, minimizando os possíveis focos de conflitos através da promoção de uma cultura de paz e de ações como a atuação comunitária, o trabalho voluntário e a participação cidadã (nos limites de uma cidadania restrita). Nesse sentido, a UNESCO assevera que:

Uma abordagem participatória juvenil contribui para estimular o interesse dos jovens e seu senso de responsabilidade bem como aproveitar as ideias inovadoras e abordagens criativas em projetos ou programas. A participação cidadã e o voluntariado juvenil podem se converter em opção para incentivar a solidariedade, bem como contribuir para que a comunidade perceba que é possível melhorar a sua qualidade de vida, a

⁵ De acordo com Oliveira (2008), o conceito de "empregabilidade" surge nos anos 90, no contexto de instabilidade econômica, crise do emprego e desresponsabilização do Estado pela implementação de medidas de garantia de condições mínimas de sobrevivência para a população. No seu sentido mais comum, a "empregabilidade" remete à capacidade do indivíduo de manter-se ou reinserir-se no mercado de trabalho agregando competências e habilidades que o coloque em condições de competir no mercado. Relativiza-se assim o papel do Estado e do setor produtivo na geração e manutenção de postos de trabalho e responsabiliza-se os indivíduos pela manutenção da sua condição de empregável e, conseqüentemente, pelo incremento constante de sua qualificação profissional.

partir do desenvolvimento de práticas, nas quais todos podem se envolver de forma criativa. (UNESCO, 2004, p.156)

O texto também faz recomendações mais detalhadas para implantação de políticas de participação juvenil, que em grande escala:

[...] poderia se dar em distintos tipos de programas. Para que tal perspectiva se cumpra, alguns benefícios devem ser garantidos tais como bolsas de estudo, estágios ou colaboração econômico-financeira para os jovens sem condições econômicas para tanto. Desta forma, se qualifica o que se entende por voluntariado e participação, enfatizando-se que, para tanto, é preciso ter recursos e condições de “empoderamento” e pertencimento. (UNESCO, 2004 154).

Vimos com restrições essa forma de estímulo à participação cidadã dos jovens, pois entendemos que a adesão não é algo que possa ser imposto sem o engajamento do indivíduo. Também não consideramos, desejável que do ponto de vista ético, a participação possa ser barganhada em troca de bolsas ou de cursos de qualificação profissional. A participação legítima deve se dar principalmente em espaços onde os conflitos possam ser vivenciados na sua dimensão política, como exercício de direito e não como um protocolo ou dever.

A Política Nacional de Juventude nos limites da cidadania restrita

O sentido de participação cidadã incorporado pelos programas voltados para a juventude que tem a ação comunitária como um dos seus eixos, como é o caso PROJOVEM e do PNPE, não ultrapassa os limites da cidadania restrita. Trata-se, como afirma Gohn, da:

cidadania outorgada, de cima para baixo, que promove a inclusão de indivíduos a uma rede de serviços de forma assistencial, em que os novos cidadãos se transformam em clientes de políticas públicas

administradas pelas entidades do Terceiro Setor Gohn (2002, p.95).

Pensadas como formas de gerenciar o risco social e a miséria, o estímulo à ação comunitária, à participação e ao voluntarismo surgem como alternativas às diferentes estratégias de controle do tempo livre dos jovens que têm sido colocadas em ação pelos Governos e agências multilaterais desde a década de 80. Porém, considerando que essas ações empreendidas pelo Estado no sentido de reduzir o “risco social” sejam ainda insuficientes, ganha importância cada vez maior a ampliação do capital social dos jovens, a partir da constatação de:

[...] que os recursos à disposição do Estado são insuficientes para, sozinhos, promoverem a superação da vulnerabilidade e de suas consequências, em particular a violência, Abramovay et al. (op.cit.) advogam o fortalecimento do capital social intergrupar, através do aumento da participação e valorização das formas de organização expressão dos jovens, como estratégia de ação para envolver a sociedade e seus recursos na busca de soluções para o problema (UNESCO, 2004, p.218).

Atribuindo parte da responsabilidade pela sua situação de vulnerabilidade ao jovem e a sua comunidade, essas prescrições também veem na ampliação do capital social individual um fator fundamental para a empregabilidade, que “empoderaria” magicamente o indivíduo dotando-o de autoestima, criatividade, sociabilidade, e competência para lidar com riscos e vínculos, numa perspectiva que mercantiliza até mesmo as relações pessoais.

Assentadas sob as bases desses construtos ideológicos, as políticas focalizadas assumem como principal função conformar os jovens para a nova sociabilidade do capital. Entretanto, como forma de ocultação do seu verdadeiro caráter, encontra na crítica à centralização em nível federal e na incapacidade dos segmentos mais pobres de se beneficiarem dos serviços ofertados um álibi “plausível”:

Na América Latina, as avaliações deixaram entrever as limitações dos enfoques pretensamente universais, que na realidade só beneficiaram os jovens integrados de estratos medianos e altos. Isto é, os mais bem preparados para aproveitar os serviços que oferecem as políticas públicas universais ou os mais aptos a utilizar os serviços que são regulados pelo mercado. Outra limitação são os enfoques centralizados em nível federal, que não utilizam a potencialidade existente em nível local, cujas instituições e serviços podem estar mais próximos de problemas vividos pelos jovens. ***As políticas mais recentes tentam focalizar esforços nos setores juvenis que enfrentam mais dificuldades e carências***, e desenvolver ações municipais relacionadas à juventude, a partir de ações descentralizadas em termos de gestão pública (UNESCO, 2004, p. 34, grifo nosso).

A política de caráter focal é entendida como uma estratégia de promoção da equidade a partir da constatação de que as políticas universais não são em essência democráticas. Não fica claro o que se quer dizer com *“estar bem preparado para aproveitar os serviços que oferecem as políticas públicas”*. Entretanto, o que podemos depreender é que essa limitação talvez tenha mais a ver com a disponibilidade dos serviços do que com a falta de preparação dos grupos mais pobres. Por disponibilidade compreendemos não só o acesso facilitado aos serviços, mas também e, principalmente, a disponibilidade de informações sobre eles. Mas, ainda que aceitemos o argumento de despreparo dos jovens para aproveitar os serviços, não teríamos que admitir que ela também decorra da não universalização do ensino de qualidade? E se isso é verdade, não se justificaria então o esforço para efetivá-la ou invés de se propor medidas compensatórias?

Outra questão que diz respeito à excessiva centralização merece uma apreciação cuidadosa, mas ela não pode servir de pretexto para a transferência de recursos para o terceiro setor como se este fosse inerentemente dotado de uma maior competência técnica para efetivar ações junto à juventude e gerar recursos. De fato, parece ter sido esse o entendimento do governo quando ampliou a participação do terceiro setor, através dos Consórcios da Juventude, na qualificação dos jovens pertencentes a grupos de maior

“vulnerabilidade social”. Porém, conforme destaca Kuenzer (2006) o controle e a avaliação da aplicação desses recursos e a sua eficácia social, realizados sob o ordenamento jurídico privado, fogem aos controles da União. Diante da obrigação de inserir 30% dos jovens qualificados “presta-se relatórios meramente formais, sem que se tenha indicadores de qualidade e efetividade social, e, por consequência, do bom uso dos recursos públicos (KUENZER, 2006, p. 23).

Para além dos paradoxos e contradições ideológicas que perpassam os programas e políticas públicas voltados para a juventude, é preciso reconhecer que eles se gestam e se desenvolvem em quadro político de maior reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos. Contudo, o equacionamento das demandas e necessidades da juventude deve levar em conta a condição social, econômica e regional dos distintos segmentos tratados como jovens. No caso específico da juventude brasileira, Silva e Silva (2011) chamam a atenção para a necessidade de ampliação das políticas dirigidas especificamente aos jovens-jovens e jovens adultos.

A Juventude face aos discursos sobre a juventude

Ao adotar a perspectiva proposta pelos organismos supranacionais, mormente a UNESCO, o Estado endossa uma orientação na qual problemas de ordem macrossocial e econômica, como o desemprego e a educação, têm sua responsabilidade transferida da esfera pública para a esfera privada, ou melhor, para a esfera individual. Isso não significa que o Estado esteja completamente ausente ou que tenham saído de cena, mas a sua atuação está orientada para incluir os segmentos que se encontram à margem das esferas de produção e consumo, mesmo que estes permaneçam excluídos da esfera dos direitos. Caberia então ao Estado “corrigir” distorções que escaparam da mão invisível do mercado, recolocando nos trilhos os vagões que seguirão no trem do desenvolvimento.

Nessa perspectiva compensatória, conforme afirma Ramonet (1998, p.60): “Os poderes públicos não passam, na melhor das hipóteses, de terceirizadores da empresa. O mercado governa. O governo gere” Os jovens são instados á condição de permanente competição, na qual os discursos apologéticos em favor de um cultura solidária, do voluntariado e da ação comunitária se orientam apenas para os interesses mais imediatos da sobrevivência e dissimulam o verdadeiro caráter das políticas focais: a negação do direito ao emprego e à educação de qualidade, num processo que Kuenzer prefere chamar de inclusão excludente:

Já do ponto de vista da educação, estabelece-se um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força de políticas públicas “professadas” na direção da democratização, aumenta a inclusão em todos os pontos da cadeia, mas precarizam-se os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, os quais não asseguram nem inclusão, nem permanência. Em resumo, do lado do mercado, um processo de exclusão includente, que tem garantido diferenciais de competitividade para os setores reestruturados por meio da combinação entre integração produtiva, investimento em tecnologia intensiva de capital e de gestão e consumo precarizado da força de trabalho. Do lado do sistema educacional e de Educação Profissional, um processo de inclusão que, dada a sua desqualificação, é excludente (KUENZER, 2006, p.2-3).

A face mais perversa desse duplo processo se revela subjetivamente e objetivamente na situação de provisoriedade, nas aflições, e principalmente nos medos dos jovens de não corresponderem às expectativas que a sociedade, a família e a que eles próprios se colocam em relação a sua posição social, seu emprego, suas necessidades de sobrevivência e suas aspirações de vida.

A juventude brasileira tem se defrontado cada vez mais cedo com a necessidade de fazer escolhas. Escolhas difíceis que vão desde a opção por trabalhar, estudar ou conciliar as duas atividades, até definir a carreira profissional que deverá seguir. Escolhas que são cada vez mais orientadas por questões de sobrevivência e perspectivas de inserção no mercado de trabalho do que por projetos pessoais. Escolhas que as condições

de classe vão transmutando em imposições e que dizem respeito a uma sociabilidade que tem no mercado a sua principal referência.

Revitalizada por novos constructos ideológicos, a teoria do capital humano se mostra presente na disseminação dessa nova sociabilidade que exige não só competências profissionais básicas, mas também as competências socioemocionais⁶, numa espécie de conformação ideológica na qual a própria subjetividade humana é encarada como fator de produção. O discurso produzido pelas organismos supranacionais, e por seus intelectuais orgânicos, que colocam o jovem na condição de protagonistas do desenvolvimento também implica responsabilidade por sua empregabilidade, na busca por desenvolver atitudes e competências que o permitam competir no mercado.

Em artigo publicado pela revista Onda Jovem, produzida pelo Instituto Votorantim e direcionada ao público juvenil, José Pastore, importante economista brasileiro, dita em tom imperativo e apologético algumas dessas atitudes que o jovem deve adotar para se adequar às exigências do mercado. Embora longo, permito-me citar o trecho que expressa de modo emblemático como esse discurso tem chegado aos jovens.

O mercado de trabalho está se tornando cada vez mais exigente. As empresas não contratam diplomas, currículos ou recomendações. O tempo do pistolão e do apadrinhamento acabou. As empresas querem respostas, por isso contratam profissionais curiosos, com capacidade de apreender continuamente. Daí a importância da boa formação. Você que é jovem, leve isso em conta. Quando o professor pedir para ler um livro, leia dois. Quando pedir dois, leia quatro. Crie o hábito de estudar por conta própria. Aproveite todos os momentos de folga para aprender, aprender e aprender. Se o emprego está difícil para quem estuda, imagine as dificuldades para quem vive nas trevas. Portanto, defina sua meta e procure ficar sempre acima da média da classe. O mercado de trabalho tem sido rigoroso também em matéria de conduta. Não basta dominar os conhecimentos da sua profissão. Você precisa gostar do que faz. E fazer tudo com carinho, zelo, perseverança e comprometimento.

⁶ Este conceito tem sido cada vez mais adotado nas políticas curriculares de municípios e estados brasileiros. No Estado do Rio de Janeiro, uma parceria entre a Secretaria de Educação e o Instituto Ayrton Senna resultou na formulação do currículo Solução Educacional, cujo foco é voltado para o desenvolvimento das competências socioemocionais do século 21.

Se você trabalhar como empregado, os seus supervisores estarão de olho no seu modo de encarar suas tarefas. Se você trabalhar por conta própria, os seus clientes esperam competência, atenção, cordialidade e demonstração de que você faz o seu serviço com prazer. O mundo do futuro estará cada vez mais atento às condutas e aos hábitos dos profissionais. (PASTORE, 2005, p. 29)

Esse discurso ganha força à medida que aumenta o desemprego entre os jovens, o que resulta também numa procura cada vez mais acentuada por certificados e diplomas que elevem a qualificação e o nível de escolaridade dos trabalhadores, impulsionando, por sua vez, o crescimento do mercado educacional.

Entretanto, ao contrário do que apregoa a teoria do capital humano, a elevação do nível de escolaridade não se traduziu em menores taxas de desemprego. Segundo Pochmann (2008), se em 1995 apenas 37,7% dos desempregados possuíam o Ensino Básico completo, em 2004 a massa de desempregados com oito anos de estudo passou a 60,2 %. Neste mesmo período, o desemprego entre aqueles que possuem nível universitário subiu de 98 para 247 mil, um número quase três vezes maior.

Na verdade, podemos constatar que o capital continua dispondo hoje de um imenso exército de reserva, mas agora com nível de qualificação bem acima do exigido pelas características da maioria dos postos de trabalhos que vem sendo criados. Essa constatação vai de encontro ao discurso apologético do novo perfil profissional de trabalhador, cuja polivalência e múltiplas competências estariam sendo demandadas pela nova base técnica da produção. Como bem resume Paranhos:

Embora estes requisitos profissionais representem as exigências de um núcleo de ocupações superiores e estáveis que decai progressivamente, o avanço tecnológico não implica necessariamente a maior complexidade dos postos de trabalho, pelo contrário, para imensa maioria dos empregos criados nas últimas décadas, a qualificação não se coloca como problema. Contudo, as empresas elevam cada vez mais os critérios de seleção para a contratação mesmo para o desempenho de atividades simples e rotineiras, tornando o padrão de acumulação flexível a base da demanda pela elevação da escolaridade e da qualificação dos trabalhadores. A carência de mão-de-obra qualificada para o trabalho

complexo aparece muito mais como uma construção social e ideológica, ou seja, como estratégia de conformação e adaptação dos indivíduos à sociabilidade neoliberal, do que uma necessidade real da produção (PARANHOS, 2010, p.40).

Longe de ser uma estratégia eficaz para a inclusão social e promoção do emprego e da vida digna para a juventude brasileira, as políticas focais de qualificação profissional, emprego e renda têm se limitado a equacionar déficits educacionais, numa perspectiva compensatória, oferecer uma qualificação profissional estreita e de qualidade duvidosa e tentar criar uma cultura de participação sempre restrita aos contextos locais e a demandas particularistas.

O horizonte que está colocado é o de adequação ao modelo econômico vigente, em que a garantia do emprego é substituída pela promessa de empregabilidade. Novas e antigas noções ideológicas ajudam a cimentar a ideia de que caberia aos jovens, no seu papel de “protagonista” ou de “ator estratégico do desenvolvimento”, encontrar alternativas criativas para sua inserção produtiva seja através da ampliação do seu capital social, do empreendedorismo, do cooperativismo ou simplesmente investindo nas competências que o mercado valoriza. A disseminação dessa “ideologia da iniciativa individual” vem sendo reverberada e, com diferentes matizes, vão sendo assumidas pelos segmentos juvenis, especialmente em contextos de crise como o que vivemos.

Recentemente, em chamada para matéria de capa de domingo, o jornal “O Globo” destacou como manchete o título “Jovens reinventam trabalho”. A reportagem publicada na seção de economia destaca o aumento do percentual da taxa de empreendedores entre jovens de 18 a 24 anos. De acordo com a matéria, o percentual de jovens empreendedores no Brasil, medido pelo Monitor Global de Empreendedorismo⁷, teria crescido de 10,6% em 2007 para 20,8 em 2015. Interessante observar nos dados

⁷ De acordo com a matéria trata-se de um projeto desenvolvido pelo Babson College, dos EUA e a London Business School.

disponibilizados pelo jornal que dos chamados empreendedores juvenis, 42% possuem ensino superior, 12% concluíram o ensino médio e apenas 1% possuem apenas o ensino fundamental. A reportagem reproduz críticas à falta de incentivo da escola e da universidade ao empreendedorismo, colocando este como uma demanda a ser suprida pelo sistema educacional.

Para além da constatação de que a iniciativa “empreendedora” está relacionada à retração da economia e dos postos de trabalho, os meios de comunicação também reproduzem uma concepção fatalista e moralista da condição de desemprego. Aos jovens caberiam a inovação, a busca por soluções criativas, o investimento em si. Seriam estas não só as estratégias para enfrentamento da crise, mas um processo de autoconstrução como sujeito autônomo, independente e proativo.

Na verdade, não havendo condições de oferecer perspectivas de inserção no mercado de trabalho, o que se busca é dar à juventude, alguma expectativa, que, conquanto não garanta o acesso ao mercado formal, ao menos evite que os jovens se envolvam em situações de risco social, o que em última instância traria como consequências o aumento dos índices de violência e uma maior desagregação do tecido social.

Considerações finais

Em que pesem as críticas realizadas pela OIT no Relatório Trabalho Decente e Juventude, em sua avaliação final o eixo da Política Nacional de Juventude estruturado pelas noções de oportunidades e direitos estão, de acordo com o relatório, em consonância com os “compromissos assumidos em foros nacionais e internacionais, entre os quais se destaca a Agenda Hemisférica de Trabalho Decente (AHTD) que define como objetivo “melhorar a formação e a inserção dos jovens no mercado de trabalho e, como

meta, reduzir à metade a proporção de jovens que não estudam e não trabalham em um prazo de 10 anos”. Na perspectiva adotada pela Política Nacional de Juventude, garantir oportunidades e direitos são entendidos como “ofertar meios para a aquisição de capacidades e para sua utilização, e de serviços que atendam às diferentes necessidades dos jovens de ambos os sexos”. De fato, ofertar e melhorar parecem palavras adequadas para a noção de direito que emerge desses documentos: o direito a uma cidadania restrita que se não pode garantir a universalização do ensino de qualidade e o pleno emprego, oferece como prêmio de consolação políticas compensatórias e focais e a promessa da empregabilidade.

Entretanto, é preciso reconhecer que a Política Nacional de Juventude representa uma conquista e um avanço bastante significativos na disputa pela ampliação e consolidação de políticas públicas dirigidas à juventude. Ainda que as formulações e propósitos das ações e programas carreguem marcas da influência dos organismos supranacionais e de outros agentes políticos e econômicos, deve-se ressaltar que o estabelecimento do marco representado pela Política Nacional da Juventude também é fruto da luta política de segmentos organizados da sociedade.

As diferentes concepções ideológicas, programáticas e políticas que buscam orientar as políticas públicas voltadas para os jovens estarão permanentemente em disputa com resultados práticos que refletem e refletirão, em maior ou menor medida, a condensação da correlação de forças dentro do Estado (POULANTZAS, 1977). Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) materializaram, no plano institucional e político, espaços de disputa e busca por legitimação, continuidade e consolidação de políticas de juventude que também se fizeram presentes no governo Dilma, garantindo a permanência do financiamento e da participação da sociedade civil na proposição das políticas voltadas aos jovens. Convergindo para esse processo, a realização das Conferências Nacionais da Juventude (que teve sua última edição em 2015) e a aprovação do Estatuto da Juventude, em 2013,

apontam para a consolidação das políticas de Estado voltadas à população jovem, que, malgrado às flutuações de governos, não negligencia as demandas da juventude brasileira.

Contudo, passados dez anos da instituição da Política Nacional de Juventude, é preciso admitir que ainda nos movemos em um terreno acidentado e movediço, e o percurso não está livre de retrocessos, especialmente se consideramos os impactos da crise econômica e política que recaem sobre as conquistas e avanços sociais dos últimos anos.

Não restam dúvidas de que vivemos o momento mais delicado na história recente do nosso País. A democracia, sempre conquistada à custa de lutas e vidas de sujeitos e grupos comprometidos com a mudança social, amadurece e se fortalece quando segmentos historicamente excluídos da sociedade não só se engajam e participam da vida pública, mas também são reconhecidos pelo Estado nas suas demandas e necessidades próprias. A juventude, especialmente a que se encontra hoje em situação de maior vulnerabilidade social, não pode sofrer com o revés social promovido por grupos políticos e econômicos a pretexto de sanar uma crise cujas raízes encontram-se em problemas de ordem cíclica do modo de produção capitalista, na sua fase mais atual.

Se é verdade que vivemos hoje uma nova onda de conservadorismo no Brasil, também é verdade que vivenciamos, desde as jornadas de junho, um novo cenário no qual os jovens podem, sim assumir o papel de protagonistas, não como sujeitos econômicos, mas como sujeitos políticos, ainda que sob certas condições históricas, contextuais ou locais. O movimento de ocupação de escolas em São Paulo e no Rio de Janeiro certamente é a expressão de tais condicionantes e condições, mas não deixam de refletir anseios, dramas e formas de reação, que identificam, inspiram e fermentam a juventude na busca por sua afirmação objetiva e subjetiva, individual e coletiva, social e política. Enquanto houver jovens lutando, haverá esperança.

Referências

BARBOSA, Carlos Soares; DELUIZ, Neise. Qualificação Profissional de Jovens e Adultos Trabalhadores: O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego em Discussão. **Boletim técnico do Senac**, Rio De Janeiro: V. 34, N. 1, P. 50-63, Jan./Abr., 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O Brasil e a política econômico-social: entre o medo e a esperança. *Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires, n. 14, p. 95-1004, maio/ago. 2005.

GOHN, Maria da Glória. Educação, trabalho e lutas sociais. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.) **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 3ª ed. Rio de Janeiro : Cortez , 2002.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto juventude** – Documento de Conclusão – Versão Final. São Paulo, 2004.

IPEA. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: 2009.

KUENZER, Acácia. A Educação Profissional nos anos 2000: A dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, vol.27, n.96- Especial out.2006.

OIT. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: 2009.

OLIVEIRA, Ramon de. Verbetes "Empregabilidade." In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008.

PARANHOS, Michelle Pinto. A política educacional para a formação dos trabalhadores e a especificidade do projeto capitalista brasileiro: o ideário Educacional em função da (des)qualificação do trabalho. **Boletim técnico do Senac**. Rio de Janeiro, v. 36, n.2, maio/ago. 2010.

PASTORE, José. O emprego do futuro. **Revista Onda Jovem**. Instituto Votorantim. Ano I – Número 2 – Julho. 2005.

POCHMANN, Márcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

RAMONET, I. O pensamento único e os regimes globalitários. In: FIORI, J. L.; LOURENÇO, M. S.; NORONHA, J. C. **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SILVA, Vini Rabassa da; SILVA, Roselani Sodrê da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. [online]. 2003, n.24, pp.16-39.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. 2003.

SPOSITO, Marília Pontes. Considerações em Torno do Conhecimento Sobre Juventude na Área da Educação: **relatório. Estado do Conhecimento: juventude e escolarização**. São Paulo: CNPq/FAPESP/INEP, v. 317, 2000.

UNESCO. **Políticas Públicas De/Para/Com as Juventudes**. Brasília, UNESCO, 2004.

Data de envio: 10 de Abril de 2017.

Data de aceite: 26 de Maio de 2017.